

| CURSO  | DISCIPLINA                       | PROFESSORA       | DATA  | MENÇÃO | CIENTE      |
|--|----------------------------------|------------------|-------|--------|-------------|
| 3º SJ  | Língua Portuguesa,<br>Literatura | Renata Fernandes | 09/10 | AB     |             |
| NOME ALUNO (A): <i>Vitória Mariana Lopes</i> |                                  |                  |       |        | Ano/Módulo: |

| Bases Tecnológicas                   | Habilidades Trabalhadas                         | Critérios de Desempenho     |
|--------------------------------------|---|-----------------------------|
| Texto Dissertativo-<br>Argumentativo | Interpretação textual com base<br>em reflexões; | Assunto, Estilo e Gramática |

| ITENS QUE SERÃO AVALIADOS |   |
|---------------------------|---|
| I- ASSUNTO                | 1- Conhecimento do assunto;<br>2- Seleção de ideias em função do tema;<br>3- Coerência das ideias dentro do contexto; |
| II- ESTILO                | 1- Clareza, propriedade, precisão;<br>2- Criatividade;  |
| III- GRAMÁTICA            | 1- Ortografia;<br>2- Pontuação;<br>3- Morfologia  |

Observações:

---



---



---



---



---



---

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

ETEC Rodrigues de Abreu

Língua Portuguesa

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Material de Apoio: Textos**

Bom Trabalho!  
Renata Fernandes

## TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

## TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).



### TEXTO III

#### Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

### TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

Título: Dificuldades enfrentadas por povos quilombolas no Brasil

Os povos tradicionais chegaram ao Brasil séculos atrás, as primeiras a viver em territórios brasileiros, foram os indígenas. As contrições de que muitos pensam, não são apenas os indígenas denominados tradicionais, mas sim as comunidades tradicionais brasileiras. Entre essas destaca os povos quilombolas, o surgimento ocorreu como forma de resistência no país.

Esses povos eram formados por um conjunto de pessoas no qual estavam sendo escravizados. O principal objetivo deles, era a consolidação da liberdade escravidão, visando uma luta em sua própria terra para a salvação. Com isso, trouxeram a nós a preservação por uma nova cultura, a identidade quilombola, a rica diversidade africana e afro-brasileira, e ainda a tradição originária dessa etnia.

Os povos quilombolas e todos os outros tradicionais, ao chegarem ao país enfrentaram uma crise de problemas, a não aceitação desses povos. Recorrendo a isso, o poder legislativo brasileiro, criou um decreto no ano de 2017, visando os direitos dos povos tradicionais brasileiros, além ainda, da Constituição Federal de 1988, abordando o reconhecimento e a titulação das terras.

Sabe-se a importância das dificuldades enfrentadas por esses povos, a presença no processo de demarcação de terras, a falta de acesso à educação, saúde e infraestrutura. Concluímos então a necessidade de políticas públicas e investimentos financeiros, visando a melhor inclusão a esses povos, de maneira que possam adquirir inclusão.



